



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
ANO III - No. 32 - 1ª QUINZENA DE MAIO DE 1992

Fora com o ministério da reação ! Abaixo o governo de fome, miséria e corrupção ! Construir a aliança operário e camponesa ! Pelo governo da maioria, saída da luta das massas: o governo operário e camponês !

**Contra a farsa,
a mentira,**

a demagogia:

**Voto Nulo nas eleições
municipais !**

Diante da ausência do partido revolucionário, ainda em construção, que permita às massas se expressarem com independência de classe, através do programa antilimpialista e anticapitalista, está colocada a defesa do voto nulo programático, contra a conciliação de classe, pela organização de um campanha nacional de luta pelas reivindicações das massas.

**Por um 1o. de maio de
independência de classe**

A burocracia sindical caminha cada vez mais a fundo na linha de conciliação de classe, através dos conchavos do entendimento nacional ou dos acordos espúrios como o das montadoras de veículos, e paralisa as organizações de massas impedindo a unidade para enfrentar o ataque capitalista contra as massas.

O 1o. de maio deve ser um passo no sentido de romper com essa linha de paralisa do movimento e avançar no rumo da luta nacional e independente de massa contra o governo entreguista, em defesa das reivindicações de salário, emprego, terra e moradia, e antilimpialistas. O caminho é o da ação direta: as greves, ocupações, etc.

Não à Condenação de Tonhão, Romildo e Boni !

Não à prisão dos lutadores !

Em defesa das ocupações !

Em defesa da sobrevivência dos operários e seus familiares !

Que a prefeitura do PT retire imediatamente os processos !

TEORIA MARXISTA DO PARTIDO. SOBRE O CENTRALISMO DEMOCRÁTICO (II) O PARTIDO DIRIGENTE DA REVOLUÇÃO

Dissemos no número anterior de Massas que o regime partidário baseado no centralismo democrático expressa o objetivo programático de destruição do capitalismo, que passa pela tomada do poder pela classe operária. A revolução é um fenômeno de massa, em cuja direção está o proletariado. Porém, para que possa se tornar dirigente do Estado, necessita do partido de classe. Sem esse instrumento, não tem como destruir o poder dos exploradores, organizados através de seus partidos, das instituições estatais (parlamento, executivo, judiciário), dos seus agentes no próprio interior do movimento operário e, sobretudo, guarnecidos pelas forças armadas.

Logo vemos que não é qualquer partido que pode cumprir esse objetivo histórico de emancipação das massas do sistema de exploração do trabalho. Somente pode ser aquele que se constitua num real Estado Maior do proletariado. Esta definição do marxismo-leninismo (Marx e Lênin) contém a idéia de que a militância organizada no partido, disciplinada e coesa, cumpre a função de expressar a tarefa da tomada do poder e expropriação dos meios de produção da burguesia, que será realizada pelas massas enraizadas por todo sistema produtivo.

A centralização partidária e a concentração de todos esforços da vanguarda para concretizar a destruição do poder burguês são decisivas em todas as etapas do processo revolucionário. Um partido fraco e com uma linha política vacilante não poderá se tornar o Estado Maior da insurreição, do levante revolucionário. Porém, para penetrar na vida social e política das massas, com uma linha unitária e com uma militância altamente disciplinada, é necessário que a democracia interna funcione plenamente, de acordo com a evolução da construção partidária e da situação imperante.

A centralização e a democracia se interagem formando uma só unidade todo tempo. O partido dirigente da revolução está obrigado a se assentar na conquista programática leninista do centralismo democrático. Através desta relação política, a militância pode elaborar coletivamente o programa e penetrar no interior das massas.

APÓIE A CAMPANHA FINANCEIRA DA T-POR A POLÍTICA OPERÁRIA DEVE SER MANTIDA PELOS PRÓPRIOS EXPLORADOS

A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (T-POR) realiza sua campanha financeira para a sustentação independente de sua política proletária. O dinheiro arrecadado é aplicado inteiramente para divulgar as posições socialistas e para organizar as lutas.

Diferentemente dos partidos burgueses e da esquerda reformista que se utilizam das doações dos capitalistas, recebem dinheiro de fora (da social-democracia, social-cristãos, etc) e vivem parasitariamente dos parlamentos, a T-POR segue rigorosamente a tradição marxista de financiar suas atividades com o apoio direto dos explorados.

O Partido Operário Revolucionário objetiva dirigir o processo da transformação socialista do país, que será realizado pela classe operária e a maioria oprimida brasileira. Eis porque são os próprios trabalhadores que devem sustentar financeiramente o partido da revolução. Caso contrário, qualquer compromisso com a burguesia e

suas instituições seria a negação desta tarefa histórica.

A dependência financeira conduz à dependência política e ideológica do partido. Sem a manutenção da política operária pelos próprios explorados não poderá se erguer um forte e poderoso partido da revolução emancipadora, socialista.

A burguesia tem procurado desacreditar o marxismo, utilizando-se do fracasso da política estalinista na Rússia e em todo Leste Europeu, propagandeando a impossibilidade do socialismo. A confusão feita entre a ditadura estalinista e a estratégia da ditadura do proletariado, que é o governo da maioria trabalhadora contra a minoria burguesa, objetiva isolar os revolucionários das massas. A T-POR se opõe intransigentemente a esta posição da burguesia imperialista e seus aliados. Defende o fim do capitalismo e de toda forma de opressão do estalinismo, que está conduzindo à restauração capitalista na Rússia e Leste Europeu.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO
E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAD. POSTAL No 01171 - CEP 01057 - SÃO PAULO - SP

C.P. 575
AG. CENTRAL
RECIFE - PE.
CEP. 50.001

UM MINISTÉRIO DA REAÇÃO

Fracassada a proposta de governo de coalizão com o PSDB, a reconstituição do ministério expôs as raízes oligárquicas, que têm funda penetração no Estado burguês-semicolonial brasileiro. Antonio Carlos Magalhães, governador da Bahia (PFL) e homem forte das oligarquias regionais nordestinas mostrou ser o pivô da reforma ministerial. Estas pela histórica formação do Estado Nacional e pela necessidade de impor brutal exploração às massas se assentam no militarismo. Os ministros empossados, na sua maioria, foram peças-chaves das ditaduras militares de Médici, Geisel e Figueiredo.

O ministro da Justiça, Célio Borja, vem da reacionária e oligárquica UDN, passou pela Arena e desembocou no PDS. É um convicto defensor do absurdo regime parlamentarista-monárquico. Este homem tem a incumbência de chefiar a reformulação constitucional e a possível mudança do regime presidencialista para o parlamentarista. Não há dúvida de que sua função é a de acabar com a representação de partidos pequenos, fortalecer as bases oligárquicas regionais com o chamado voto distrital e tratar com mãos de ferro o desenvolvimento das lutas sociais.

Angelo Calmon de Sá é um banqueiro de passado tão negro quanto Célio Borja. Está comprometido por mil laços com as oligarquias latifundiárias, comerciais e industriais. Ocupa o posto de Secretário do Desenvolvimento regional, justamente para manter os privilégios das castas regionais enriquecidas sobre a brutal miséria dos operários e camponeses pobres.

Jorge Bornhausen, o articulador político de Collor, também é banqueiro e homem do regime militar.

O Sr. Pratini de Moraes ocupará a pasta das Minas e Energia. Foi ministro da Indústria e Comércio no auge da ditadura militar sob o

governo Médici e tem por função servir à linha central do governo Collor de desestatização e abertura da economia nacional ao imperialismo.

João Mellão é agropecuarista e está intimamente ligado aos banqueiros (foi assessor da presidência do Banco Mercantil). Seu objetivo central é promover as demissões no setor público, arrochar os salários nas estatais e sustentar a política salarial de superexploração baseada no salário mínimo de fome.

A chamada etapa de modernização capitalista, inaugurada com o Plano de Reconstrução Nacional de Collor, mostrou sua verdadeira face decadente e reacionária. As forças burguesas que comandam o Estado expressam os velhos oligarcas, que deitam suas raízes no capitalismo semicolonial, em que se combina a exploração latifundiária mais atrasada com o mais avançado desenvolvimento industrial circunscrito a alguns pólos do país.

No quadro de grande crise econômica mundial, estas tornam-se agente da política do imperialismo de destruir forças produtivas (recessão) e de sucatear a economia nacional, levando à ampliação em grande escala da miséria das massas. O governo oligarca pró-imperialista passa a ter a função de proteger os interesses da pequena camada de banqueiros, industriais, latifundiários, elevando a concentração de riquezas e o monopólio das relações de propriedade.

Esta é a função do governo. As massas operárias e camponesas e da classe média urbana arruinada deverão combatê-la com a arma da luta direta nacional unificada. Fora com o ministério da reação! Abaixo o governo de fome, miséria e corrupção! Construir a aliança operária e camponesa! Por um governo da maioria, saído das massas em luta: governo operário e camponês.

FRACASSO DO GOVERNO DE COALIZÃO COM O PSDB

A reforma ministerial objetivou estancar a onda de escândalos de corrupção, que já havia desmoralizado o governo de maneira irremediável. Porém, este acontecimento apenas refletiu a profunda crise do regime político, despedaçado pela divisão interburguesa (em torno do contundente plano de sucateamento da economia nacional) e pelas lutas sociais, desenvolvidas mais no período Sarney, porém com profundos efeitos sobre os partidos patronais e instituições do Estado. O fundamental da reforma ministerial está na falência do governo Collor, que já não consegue governar sem a colaboração das frações burguesas mais influentes, que bem ou mal se expressam nos seus partidos. A minoria parlamentar de Collor passou a pesar justamente na situação de brutal recessão, quebradeira de setores do capital e demissão em massa, que poderá acelerar o processo da luta de classes.

A procura de coalizão com o PSDB resultou da necessidade de fortalecer a centralização governamental, golpeada pela divisão e, finalmente, desmoralizada pela corrupção. Por que então fracassou a investida de Collor neste sentido? Justamente porque a coalizão dependia de colocar o PSDB no centro da política econômica do governo. Embora seja um partido pró-imperialista, tanto é que defende a desestatização e abertura de mercado ao capital estrangeiro, o PSDB não deixa de refletir a divisão da burguesia nacional e da burocracia estatal.

Nos seus 13 pontos do programa mínimo apresentado, o PSDB procurou

demonstrar que as desestatizações não poderiam seguir a rota escandalosa do entreguismo, refletido na utilização das chamadas "moedas podres", e também o país não poderia se dar ao luxo de continuar aplicando em toda linha a diretriz recessiva. Nem tanto a terra, nem tanto ao céu, isso é que indicava o programa mínimo, afóra a demagogia eleitoral de se pagar os 147% para os aposentados.

O fato de Collor ter preservado o ministro Marcílio já havia indicado a impossibilidade de se mexer numa só peça do Plano econômico, acertado letra por letra com o imperialismo (FMI). Uma vez fracassada a chance de colocar o PSDB em postos-chaves, sem que se conturbasse o caminho já traçado, a divisão dos peesedebistas se encarregou de liquidar as negociações.

O fundamental está em que a crise do regime se aprofundará. O novo ministério já se mostra paralisado frente às divergências referentes à desestatização, como tem exposto o ministro Camargo dos Transportes. A nova crise, provavelmente, se dará num quadro de ascenso das massas, que não poderão permanecer contidas indefinidamente pela política colaboracionista da direção da CUT, coaligada numa frente burocrática com a PS e a CGT. O PT, que ficou aliviado pelo fato do PSDB não ter entrado no governo, porque afundariam as coligações eleitorais, demonstrou sua decomposição política, já que o PSDB é sustentáculo do governo estando ou não na oposição.

CONTRA A FARSA, A MENTIRA, A DEMAGOGIA; VOTO NULO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Terminadas as prévias do PT, verificamos o quanto apodreceu o partido reformista do caudilho Lula. As candidaturas e as plataformas eleitorais refletem o mais puro carreirismo político. Os compromissos com o Estado burguês e o apego à máquina estatal são a essência da política petista. As eleições não são utilizadas como um meio para a militância organizar a luta dos explorados contra os burgueses. Ao contrário, se constitui no instrumento de farsa, mentira e engano, tão favorável para anestesiar a consciência dos assalariados sobre sua capacidade de luta coletiva contra o sistema econômico de exploração do trabalho.

Não é por acaso que o PT vem se tornando cada vez mais adversário das lutas grevistas, ocupações, piquetes e resistência. Onde se implanta como governo (São Paulo, Diadema, Porto Alegre, etc) passa a defender a ordem dos exploradores e a reprimir as lutas. A militância de base, ligada ao combate nas fábricas, bairros, escolas, é escoraçada ou transformada em cabos eleitorais.

Sua política está voltada a formar coligações com os partidos da oposição burguesa, como PSDB, PDT, etc. Procura governar com representantes do patronato. Dirige seus sindicalistas (burocratas sindicais) a bloquear a ação de massa

dos sindicatos e a fazer acordos de cúpula, como o das montadoras, etc.

Os demais partidos da situação (PFL, PDS, etc) e da oposição burguesa (PMDB, PSDB, PDT) são velhos instrumentos da burguesia, manejados para manter a situação de miséria e se contrapor à revolta da maioria explorada.

Os também velhos estalinistas (PCB, PCdoB) se arrastam por detrás das alianças com tais partidos de acordo com o número de votos que passa receber. Trocam qualquer coisa pela eleição de um ou dois candidatos. Sobrevivem à sombra do parlamento burguês e das intrigas partidárias com a chamada ala progressista da burguesia.

Desta forma, a ausência do partido revolucionário, ainda em fase inicial de construção, impossibilita as massas se manifestarem independentemente nas eleições, identificando-se com o programa antiimperialista e anticapitalista. O voto nulo programático é o que expressa a política de classe do proletariado na atual situação.

A contraposição ao eleitoralismo e à decomposição política do reformismo petista é uma condição para desenvolver no país o partido operário revolucionário.

PT E PSDB: a "tática" da esperteza eleitoral

O PT se tornou o partido da esperteza tática. Frente à virada inicial do PSDB para o governo de coalizão, fez alarde em torno do rompimento das alianças eleitorais com os pessedebistas. A disposição de uma parcela do PSDB de se integrar no governo antinacional pôs em evidência o caráter antioperário e pró-capitalista das alianças do PT com os partidos burgueses de oposição.

Logo que se evidenciou o racha no PSDB, correu a salvar a aliança com a corrente encabeçada por Mario Covas. E, nem bem fracassaram as negociações ministeriais com Collor, Lula, instruído pelo esperto estrategista José Genoíno, relançou a bandeira de formação do bloco parlamentar de esquerda no Congresso, procurando atrair os "progressistas" do PSDB, que inclui os do PMDB, PDT, etc.

Sem dúvida, para os dirigentes petistas, a entrada da ala Jereissati no governo e a cisão dos "não-governistas" seriam um grande acontecimento a favor da política petista, que necessita se fundir com um desses setores vinculados à burguesia e à máquina estatal. O programa exposto por José Genoíno de reforma democrática do Estado (entenda-se, reformulação da política burguesa estatal) e de reformas econômicas e sociais (para favorecer um setor interno da burguesia nacional e colocar um freio na luta de classes) objetiva justamente fazer do PT um pólo de atração para a ala de políticos burgueses que venha a se desprender dos partidos apodrecidos, como o PSDB acaba de se revelar.

Assim se expressa Genoíno: "Para viabilizar esse projeto, propomos a consolidação de uma aliança política que envol-

va os partidos de esquerda e centro-esquerda, incluindo setores do PSDB. Esta aliança deve e pode ser implementada desde já. Ou seja: nas eleições municipais deste ano, no plebiscito sobre o sistema de governo, na revisão constitucional de 93 e nas eleições gerais de 94". (Folha de São Paulo - 10/04). É clara a idéia de que a aliança do PT com os sociais-democratas do PSDB objetiva a estratégia mais ampla do que as eleições municipais. Procura-se resolver a crise do governo Collor constituindo um governo de coalizão com a presença do PT. A ameaça de rompimento do PT com o PSDB nas eleições municipais, caso este se compusesse com Collor, não modifica em nada a política petista, uma vez que o PSDB não precisa participar diretamente do governo para ser uma peça da política burguesa de sustentação do regime em crise.

A aliança proposta na situação de grande crise governamental e de miséria dos trabalhadores só pode concluir por sustentar, através do oposicionismo legalista burguês, o governo antipopular e corrupto e por combater a luta direta das massas, que deverão se lançar a um grande movimento grevista nacional, ganhar as ruas, revigorar as assembleias sindicais e populares e reconquistarem a CUT para defender a fundo suas reivindicações.

Contra esse objetivo dos trabalhadores decmoratas da direita, do centro e da esquerda acabarão se reunindo cedo ou tarde. O destino da política social-democrata reformista do PT é de promover a aliança pró-capitalista.

nas eleições municipais,
voto nulo programático
por uma campanha nacional de massa
contra o eleitoralismo e a conciliação de classes

AS PRÉVIAS DO PT A MAIS PURA DECOMPOSIÇÃO POLÍTICA

O método das prévias para decidir sobre as candidaturas a prefeito realizadas pelo PT demonstra mais uma vez que se tornou um partido completamente eleitoreiro, aos moldes dos partidos burgueses. O que se passou em Diadema é um exemplo expressivo disso. A vitória esmagadora do pré-candidato José Filipi Junior, com 66% dos votos, contra 28,6% de Paulo Afonso e 5% de Antonio Justino (Tonhão), se deveu à ampla utilização da máquina da prefeitura, dirigida por José Augusto. O prefeito montou um grande aparato de peruas Kombi para levar de cabresto os filiados para os locais de votação.

Bem antes da prévia, José Augusto fez uma grande investida nos principais bairros, promovendo reuniões para "resolver os problemas". Trabalhou por formar uma clientela, vinculada à política populista e demagógica. Passou a fazer benfeitorias e obras com vistas à disputa interna do PT e, posteriormente, com os demais partidos.

Um partido burguês competente é aquele que bem se utiliza da pobreza dos assalariados e dos graves problemas sociais para ludibriar com pequenas melhorias e impedir que as massas lutem diretamente com suas próprias forças, a exemplo dos sem-teto, que ocupam as terras. Ao mesmo tempo, se lança repressiva-

mente contra os movimentos operário e popular, como fez José Augusto nas ocupações de terra.

Eleitoralismo, demagogia populista, corrupção política e repressão às lutas se combinam; são ingredientes da política patronal. É essa linha que tem se imposto em Diadema, com toda clareza.

O que mais merece atenção, entretanto, foi a participação da candidatura das esquerdas, representada por Antonio Justino, apoiada pela Convergência Socialista. Ela se prestou a legitimar o método partidário burguês (eleitoralista) do PT decidir sobre as candidaturas. Sequer utilizou a situação para fazer uma grande agitação contra o PT repressivo de Diadema, responsável por alguns dos processos contra o próprio Antonio Justino e Manoel Boni.

Os militantes de esquerda das bases petistas devem tirar a fundo as lições dessa experiência, romper com o reformismo petista e se colocar pela construção do partido operário revolucionário. Um dos seus princípios fundamentais programáticos é o de combater o eleitoralismo, apoiar-se completamente na luta direta das massas e se utilizar das eleições apenas como um meio circunstancial para defender a linha da revolução proletária, contraposta à própria via eleitoral.

RECIFE: PT CAPITULA MAIS E MAIS

Inicialmente, o PT, liderado pela Articulação, propunha uma candidatura das "forças progressistas" saída do Fórum da Cidade do Recife, que excluía a participação do PMDB. O apelo de Erundina para que Jarbas Vasconcelos e Miguel Arraes se juntassem à "unidade do campo popular", feita no lançamento do Fórum, se limitava formalmente a personalidades, ou seja, aos velhos caudilhos da política burguesa de Pernambuco.

Naquele momento, a T-POR lançou um manifesto denunciando a direita petista (Articulação) de se submeter aos partidos de oposição burguesa, e a esquerda (Convergência Socialista) por defender o Fórum eleitoreiro, com a diferença de ser sem os partidos da burguesia. Os últimos acontecimentos do jogo das candidaturas mostram mais uma faceta da política reacionária e oportunista do reformismo pró-burguês petista.

Bastou que Jarbas Vasconcelos e Arraes chegassem a um acordo eleitoral para que o Fórum e retomasse o apelo inicial de Erundina, com a mudança de que o PMDB já não mais é rejeitado pelas forças políticas do Fórum.

Dois pontos se destacam no comunicado: 2o.) "Renovar sua disposição (do Fórum) de buscar a unidade das forças populares e democráticas, sem exclusões

ou discriminações, desde que tal unidade não implique na alienação dos princípios que inspiram a criação do Fórum". 5o.) "Finalmente, reafirmam que o Fórum defenderá e apresentará um único candidato comprometido com um programa construído de forma democrática e consensual, com a participação de todos os partidos que o integrem". Desta forma, as correntes PT, PSDB, PPS, PV propõem não só integrar o PMDB como se sujeitar à candidatura peemedebista.

A teoria burguesa da unidade do campo popular e da candidatura única das forças progressistas, utilizada a cada situação eleitoral, conduz o PT a se enfileirar aos velhos populistas, comprovadamente defensores da ordem burguesa e da opressão social.

A esquerda petista ao não condenar o Fórum como instrumento do eleitoralismo, limitando-se a negar a participação dos políticos e partidos burgueses, dá a sua contribuição indireta, fruto da impotente política eleitoralista esquerdista. A militância revolucionária está obrigada a condenar a conduta contra-revolucionária de aliança petista com os representantes da caduca política burguesa populista e se colocar pelo voto nulo programático. Há que formar os comitês classistas contra a colaboração de classe, pelo voto nulo e pela defesa da campanha nacional de luta.

A POLÍTICA BURGUESA DECADENTE

A disputa de Silvio Santos para sair candidato à prefeitura de São Paulo pelo PFL demonstra bem a decadência da política burguesa. A necessidade de recorrer ao vulgar apresentador de TV, pelo fato deste angariar votos das camadas mais oprimidas e atrasadas, é um reflexo da incapacidade dos partidos burgueses terem representantes populares, baseados em vínculos políticos-reformistas. Desta forma, utiliza-se da influência manipuladora do empresário da TVS.

O PFL conta não só com a "popularidade" do homem do Baú forjada sobre o atraso político e a miséria das massas, da qual sempre soube muito bem se aproveitar. Silvio Santos sempre representou o que há de mais reacionário da cultura burguesa, criada especialmente para o controle

social e para sustentar seus lucrativos negócios. A sua candidatura transfere esta utilização para o campo diretamente político, como recurso para manter as massas escravizadas ao capital.

Nas últimas eleições, a enxurrada de votos nulos, brancos e abstenções refletiram o desencanto dos explorados com os políticos da burguesia, que não passam de parasitas ganhando rios de dinheiro, para enganar e manter a consciência política dos explorados presa à demagogia parlamentar. A revolta instintiva das massas contra a demagogia eleitoreira dos velhos políticos obriga a burguesia a lançar mão de recursos mais apodrecidos, como a candidatura do manipulador de opinião pública.

MULTIDÃO DE FAMINTOS SAQUEIA OS SUPERMERCADOS

Responder com a campanha nacional de luta

No Rio de Janeiro os saques aos supermercados têm sido constantes. Na zona oeste, o saque a um supermercado contou com mais de 200 pessoas.

Os depoimentos dos saqueadores presos mostram que são trabalhadores (grande parte camelôs) desempregados, que entraram no mercado à procura de comida. Furiosos, arrancavam das prateleiras pacotes de arroz, açúcar, óleo, etc. A fome era a única jus-

tificativa dessa multidão. Todos diziam que fariam outros saques para não morrer à mingua.

Diante da brutal recessão, desemprego em massa e existência de um salário mínimo miserável, as massas se lançam à ações de desespero. Há que se apresentar uma perspectiva para esse movimento espontâneo. Cabe à CUT organizar a luta. Organizar os comitês contra o desemprego e a carestia e preparar o movimento nacional contra a fome.

QUANTO VALE O SALÁRIO MÍNIMO?

Em abril, o valor do salário mínimo chegará ao final do mês a US\$ 35 (Cr\$ 74 mil). É o mais baixo valor desde que foi criado em 1940. Já nessa época, o valor era abaixo das condições mínimas de sobrevivência para uma família de 4 pessoas. Para o cálculo do salário, somente se levava em conta alguns itens (alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte), não se incluía educação, saúde e lazer. Hoje, a situação ainda é mais drástica, porque o mínimo passou a ser 17% do poder aquisitivo que possuía há 53 anos atrás.

O salário mínimo foi

Organizar a luta nacional pelo salário mínimo real

O salário mínimo previsto pelo governo a partir de 1.º de maio ficará abaixo dos Cr\$ 230 mil. Os reajustes não serão mensais e sim quadrimestrais ou trimestrais. Já ficou evidente que se o salário mínimo depender das decisões do governo, do parlamento e das negociações dos "fóruns" será muito abaixo do mínimo necessário.

Para conquistar essa reivindicação elementar terá que ser com muita luta. Há que exigir da CUT e sindicatos que organizem imediatamente a campanha

nacional em defesa do salário mínimo real com escala móvel. Que chamem as assembleias, que formem os comandos de base, que organizem os comitês de mobilização nos bairros operários e preparem decididamente a greve geral por tempo indeterminado.

A luta pelo salário mínimo real, corrigido mensalmente, a estabilidade no emprego e a reposição das perdas salariais são reivindicações da maioria assalariada, capazes de impulsionar a mobilização nacional contra o governo corrupto.

Cresce a miséria com a queda do Mínimo

A população brasileira cresceu nestes últimos anos. Mas, ao contrário do que se espera o consumo de produtos da cesta básica diminuiu. Em 6 meses, os trabalhadores já reduziram em 15% o consumo de arroz, feijão e óleo. Diante da grande crise econômica, os assalariados pobres são obrigados, primeiramente, a cortar tudo que consideram supérfluo (lazer, educação, saúde, etc). Depois, substituem as proteínas mais caras, como a carne de boi, pela de frango. Agora, que não tem mais o que tirar e substituir, reduzem a quantidade de arroz e feijão da mesa. Deixam de comer o mínimo necessário para a manutenção das condições normais de produção e reprodução e têm sido obrigados a trabalhar ex-

austivas jornadas de trabalho.

A falta de emprego, o salário mínimo congelado em Cr\$ 96 mil, a inflação beirando os 30% ao mês, etc determinam a fome para grande parte da população. Não é por acaso que o índice de venda de alimentos, no ano passado, caiu para 68% do registrado em 1989. Essa redução atingiu a cesta básica. O que quer dizer que a população pobre deixou de comer ou, na melhor das hipóteses, passou a comer uma só vez ao dia e não mais arroz e feijão e sim o angú de fubá.

Esse é mais um retrato da política econômica entreguista do governo (recessão), que tem recaído drasticamente nas costas dos trabalhadores.

Regionalização do mínimo acentua desigualdades e aumenta miséria

Roberto Macedo (secretário de política econômica) e João Mellão (no ministério do trabalho) defendem a regionalização do salário mínimo. Para esses capachos do governo, a unificação do valor do mínimo prejudica os trabalhadores dos estados mais ricos e consideram que as regiões mais pobres, como a do Nordeste, onde 70% da população ativa recebe o salário mínimo, podem ter o salário mínimo mais baixo que o Sudeste e Sul. Para eles, seria a forma de diminuir a falência dos governos estaduais, que não conseguem pagar seus funcionários.

O que não dizem é que os trabalhadores do Nordeste e Norte estão sendo mutilados pela fome: milhares de crianças morrem de inanição, a prostituição de meninas cresce assustadoramente, etc. E isto porque não recebem o mínimo necessário para a sobrevivência. Não dizem que os latifundiários, os governos e os patrões se utilizam dessa massa de trabalhadores miseráveis para arrochar cada vez mais os salários, oferecem os mín-

guados empregos e os salários de escravos.

Num país com uma economia desigual e combinada, ou seja, em que se desenvolve uma região em detrimento do empobrecimento de outras, onde a opressão imperialista tem acentuado a recessão, o salário mínimo regionalizado contribuirá para acentuar ainda mais os desequilíbrios regionais e aumentar a concentração de riqueza das oligarquias regionais. Os trabalhadores do Nordeste e Norte ficarão cada vez mais pobres. Os patrões e o governo se utilizarão desse contingente para explorá-lo ainda mais.

O salário mínimo unificado, correspondendo ao mínimo necessário para a sobrevivência de uma família (que hoje está em torno de Cr\$ 850 mil) é a defesa da não-destruição física da massa trabalhadora, ou seja, da força de trabalho de nosso país. A unificação do salário mínimo real, com escala móvel é a defesa da unidade da classe explorada contra os exploradores.

Qual o salário mínimo real ?

A CUT enviou ao Congresso a proposta de reposição gradual do salário mínimo e reajustes trimestrais. Explica da seguinte forma: "Quanto menor a taxa de inflação, maior o intervalo entre os reajustes, assegurada a correção trimestral".

Os articuladores dessa proposta (Centrais e DIEESE) partem do pressuposto de que o salário mínimo realista e possível no momento deveria ser de Cr\$ 300 mil. Ora, se o mínimo necessário para a manutenção de uma família de 4 pessoas está em torno de Cr\$ 850 mil (salário mínimo real) como então reivindicar do governo menos que o mínimo necessário? Como exigir reajustes trimestrais quando a inflação é

de 25% ao mês?

Está aí a prova de que as direções sindicais não defendem o salário mínimo real com escala móvel. Ao contrário, consideram que os trabalhadores devem exigir somente aquilo que é possível se conseguir. Com isso, se curvam diante do governo e dos patrões na continuidade da política salarial de fome. Submetem a vida dos trabalhadores às possibilidades econômicas dos capitalistas.

Aos trabalhadores, cabe reivindicar o necessário para a subsistência. Ao contrário do que pretende a burocracia sindical, os organismos (sindicatos e Centrais) devem organizar a luta para a conquista do salário mínimo real, in-

dependente da situação do governo e dos empresários. Caso contrário estarão fazendo coro com os exploradores na destruição física de uma parcela faminta da classe operária e camponesa. É tarefa das direções sindicais organizar a ação direta (greves, mobilizações) para arrancar essa reivindicação elementar. Portanto, nada de conchavos com o governo, parlamentares e patrões para a aprovação de algumas migalhas a mais para o salário mínimo. Chega de traição! Que a CUT chame imediatamente as bases para decidir e organizar a luta pela conquista do salário mínimo real.

Contra as condenações de Tonhão, Romildo e Boni

Realizou-se em Diadema, no dia 10/04, a primeira reunião do Comitê pela Não Condenação de Boni, Romildo e Tonhão, ligados ao movimento popular de Diadema.

Uma pequena multidão lotou a sede da T-POR, em solidariedade aos companheiros perseguidos pela justiça burguesa.

Estiveram presentes, prestando seu apoio: PPS, PLP, PSB, PDT, CS, Independentes, movimento estudantil representado pelo Grêmio do Colégio Artigas, representante do sindicato da Construção Civil, representantes dos movimentos populares de Diadema: Morro do Samba, VI Socialista, Gazuza, VI Santa Maria, Campanário, VI Operária, Jd. Celite.

Foram apresentados ao Comitê telex da bancada do PSB em Brasília e carta do PPS em apoio ao Comitê.

Todos os presentes manifestaram seu repúdio contra os processos movidos pela administração petista de

Diadema contra os lutadores da classe operária.

Desta reunião inicial, formou-se uma comissão para encaminhar a linha de ação do movimento, que já encaminhou atividades como pichações e reuniões de comissão, no próximo dia 30/04, haverá ato público em frente à Câmara Municipal de Diadema, às 18:30hs, seguido de passeata até a Prefeitura.

Além dessas propostas, levantou-se também a de unificação do movimento envolvendo sindicatos e partidos políticos para ampliar o movimento.

Todos que se reivindicam da classe trabalhadora, deverão engrossar o movimento para impedir mais essa arbitrariedade da justiça burguesa e levantar a bandeira contra as condenações políticas de Boni, Romildo e Tonhão.

Ato dia 30/04 às 18 horas - Praça Castelo Branco (Centro de Diadema)

Defender as ocupações !

A condenação de Boni, Romildo e Tonhão significa mais do que a prisão de algumas personalidades ligadas ao movimento operário. Significa a tentativa de enterrar a luta das massas contra o Estado burguês e sua política de fome e miséria. Significa também a total capitulação do PT diante do Estado burguês como defensor de suas instituições. A atitude de José Augusto, ao mover os processos contra os lutadores da classe, já mostrava o perfil traidor do PT, oficializado em seu I Congresso. Torna ainda mais clara a posição de traição e freio da luta de classe assumida pelo PT e seu "governo dos trabalhadores".

A tentativa de punir "exemplarmente" os líderes do movimento vem para impedir o surgimento de novas ações na região, particularmente, as ocupações.

O problema de habitação e desemprego em Diadema é gravíssimo. Cerca de 30% da população não têm onde morar e em toda família existe pelo menos 1 desempregado. A miséria da

população é alarmante e o "governo dos trabalhadores" do PT só se preocupa em construir praças e condenar os que lutam pelos trabalhadores, atraídos à miséria pela política antipopular e antinacional de Collor de cumprir todas as exigências do FMI e com a qual o PT vem compactuando ao se colocar contra as manifestações de massas.

Engrossar o movimento pela não condenação de Boni, Romildo e Tonhão é defender a luta da classe trabalhadora, é lutar contra o esmagamento da ação direta para obter o direito à terra e à moradia, é mostrar que estamos dispostos a ir até o fim contra a fome, a miséria, a falta de moradia, o desemprego e a carestia que campeiam em todo país graças à política entreguista de Collor.

- TODOS AO ATO DO DIA 30/04 CONTRA A CONDENAÇÃO DOS LUTADORES DA CLASSE OPERÁRIA!

- C A M A R A MUNICIPAL DE DIADEMA - 18:00 HS.

**- TODOS AO ATO DO DIA 30/04 CONTRA A CONDENAÇÃO DOS LUTADORES DA CLASSE OPERÁRIA!
- CÂMARA MUNICIPAL DE DIADEMA - 18:30HS.**

Fracassa o acordo da traição aos metalúrgicos Organizar a luta direta !

O acordo fechado entre Vicentinho, governo e as montadoras de redução de 22% no preço dos carros novos para poder aumentar as vendas já começa a fracassar.

As montadoras acenam com reajuste dos preços, pois o acordo não previa o congelamento. As revendedoras, que antes do acordo já aplicavam desconto semelhante na forma de promoções, também não obtiveram o aumento de vendas, ao contrário, no mês de março o índice de vendas foi mais negativo do que no anterior.

Os articuladores do acordo sabiam que essa medida não promoveria o aumento das vendas ou mesmo reaqueceria a economia. Na realidade, o acordo veio para garantir uma maior margem de lucro aos empresários do grande capital face a crise econômica que se aprofunda, pois foram os operários metalúrgicos que novamente viram seus salários arroxados, dado que o índice de 157% não repos as perdas do ano anterior.

Em nome da garantia do emprego por 3 meses, os metalúrgicos foram obrigados a engolir o arrocho salarial por falta de campanha salarial de luta. A burocracia sindical cutista firmou um pacto com governo e empresários de recuar nas greves, garantindo assim o aumento da taxa de exploração do trabalho. Dessa forma, os empresários serão premiados com a redução dos impostos, do salário e poderão aumentar os preços quando quiserem, enquanto que os trabalhadores continuarão com os salários arroxados e desarmados à mercê da política opressora capitalista.

Com esses resultados, que preservam os interesses do capital, o acordo vem sendo estendido aos outros setores industriais.

Em São Paulo, Fleury é o maior articulador e conta com o apoio das burocracias sindicais da direita, Força Sindical, e da esquerda, CUT, que constituíram uma frente burocrática.

Nos têxteis haverá uma redução de 20% para 10 % de Imposto de Importação sobre os teares importados e isenção do IPI nas lãs, etiquetas, sedas, linho, tecidos, etc.

A polêmica entre os governadores em torno de quem deixaria de arrecadar os 12% de ICMS quase inviabilizou o acordo. Mas Fleury fez de tudo para o acordo dar certo e assumiu a maior parte do déficit. E não poderia ser diferente, dado que as maiores indústrias são paulistas.

Deixar de arrecadar 12% de ICMS, num momento em que os estados estão endividados com a União, significa reduzir mais ainda os gastos públicos. Reduzir Cr\$ 60 milhões do orçamento, significa deixar de construir 3.000 casas populares ou então, sucatear mais ainda os serviços públicos da saúde, educação, demitindo o funcionalismo, etc.

E não poderia ser diferente pois Fleury é um governo capitalista e pró-imperialista, pois a redução dos impostos também faz parte do acordo com o FMI.

Aos trabalhadores não resta outra alternativa a não ser organizar as assembleias para repudiar os conchavos dos burocratas e aprovar uma campanha de luta.

DENÚNCIA

De onde vêm as rebeliões da Febem ?

A superlotação, os maus tratos, os espancamentos e a falta de higiene são os fatores que têm provocado inúmeros protestos e rebeliões dos menores internos da FEBEM do quadrilátero do Tatuapé.

Nem a repressão violenta da PM em 06/04, que deixou 18 menores feridos, conseguiu controlar os protestos de mais de 1.000 menores encarcerados.

No ano passado houve 2049 fugas, de janeiro a março 487. As 5 rebeliões consecutivas em menos de 1 mês é a resposta que os menores deram a essa situação degradante

A existência dos menores de rua é o reflexo da desintegração da família trabalhadora, que sob o regime capitalista, estão submetidas ao arrocho salarial, ao desemprego e à miséria. Nos países de economia atrasada com o agravamento da crise econômica, resultante da política pró-imperialista de destruição das forças produtivas, esse fenômeno assume grande proporção, a medida que milhares de famílias são jogadas na miséria. Ainda assim, os trabalhadores tentam resistir à desintegração da família, organizando-se nas favelas. Mas, com salário de Cr\$ 96 mil é praticamente impossível e a desintegração é certa. Por isso, as crianças, que deveriam estar

nas escolas ou trabalhando, encontram-se jogadas nas ruas.

A solução capitalista para o crescente número de menores de rua é o assassinato, através de grupos de extermínio, ou então, amontoá-los nas FEBEM's, que longe estão de resolver o problema social. Ao contrário, são instituições que refletem a decadência do Estado capitalista, a corrupção no seu interior, com o aliciamento das crianças para facilitar o tráfico de drogas, etc e acabam por agravar o problema.

A solução para esse problema social passa por erradicar a pobreza nacional, coisa que o capitalismo não pode fazer, pois a burguesia nacional é incapaz de romper com a opressão imperialista. Não é à toa que as políticas governamentais são medidas paliativas que contornam o problema, como a de Fleury, que após a rebelião, tratou de transferir 100 menores para as outras unidades e propôs remover o restante para seus estados de origem.

Os reformistas também não debicaram de dar a sua contribuição demagógica ao fato, como Erundina que propôs que o governo do Estado desse uma melhor assistência social, no mínimo outras formas de prisão.

PRIVATIZAÇÕES ÀS CUSTAS DOS TRABALHADORES

Discute-se hoje, sobre a questão das privatizações, se as chamadas "moedas podres" (títulos da dívida pública quase sem valor que são utilizados para comprar estatais), devem ou não ser utilizadas para aquisição de estatais. O ministro Marcílio Marques Moreira anunciou que "(...)as chamadas 'moedas podres' não mais poderão ser utilizadas para aquisição de estatais de alta tecnologia, apenas serão vendidas à dinheiro" (Diário Popular 08/04). Esta era uma exigência do PSDB e PDT para participar do governo de coalizão proposta por Collor. O presidente do BNDES, Eduardo Mediano, anunciou que "essa medida só será adotada a médio e longo prazos" (Diário Popular - 09/04) e anunciou a proposta de se aceitar outros títulos públicos para pagamento das estatais, ainda a serem definidos pelo Banco Central.

O ex-ministro João Santana, ao desligar-se, informou que a Telebrás será privatizada logo após a Petrobrás e que depende apenas da aprovação de emenda ao dispositivo constitucional que declara a área de telecomunicações como de "segurança nacional".

A Petroflex, ramo de flexíveis da Petrobrás, foi privatizada em 10/04.

Entretanto, para a população o reflexo imediato da questão das privatizações se dá nos constantes tarifas implementados pelo governo para tornar as empresas em vias de

serem privatizadas mais lucrativas. No mês de abril, o tarifaço foi de 25%.

Portanto, o que é preciso dizer é que a questão não é se a privatização vai se dar com ou sem as chamadas "moedas podres", para atender a exigência deste ou daquele partido burguês como PSDB e PDT, mas que a privatização é uma exigência do FMI e que a burguesia nacional é incapaz de se contrapor a essa exigência que visa engordar os países imperialistas, em profunda crise de regime político-econômico, crise essa que implica em tomar de assalto as economias nacionais dos países semi-colônias, a exemplo do que vem sendo feito no Brasil, Argentina, Bolívia, etc e cujo resultado imediato é o desemprego, o aprofundamento da recessão e o consequente aumento da miséria das massas.

Privatizar, significa excluir a grande maioria do direito à saúde, educação e previdência do Estado. Portanto, trata-se da defesa da sobrevivência da massa trabalhadora, que passa pela organização da luta contra a opressão nacional e contra o imperialismo. A resposta dos trabalhadores ao governo anti-nacional e anti-popular de Collor e ao imperialismo, deve ser a ação direta com a ocupação das empresas a serem privatizadas, com controle operário, para impedir a destruição do patrimônio público e pela defesa das condições de vida.

ENGESA: A estatização da dívida

Em meio à crescente onda de privatizações imposta pelo FMI, surge a Engesa, empresa privada de armamentos, que acaba de ser "estatizada".

A Imbel (Indústria de Material Bélico de propriedade do exército) assumiu a totalidade da dívida da empresa a partir de outubro do ano passado, através da Engesim, empresa do grupo Engesa, que contraiu as dívidas da mesma e que se encontrava sob o controle acionário da Imbel. A empresa estava para ser adquirida pela British Aerospace, que pretendia se aposar de 40% do seu capital, quando através de um verdadeiro "lobby", articulado pelo Ministro Carlos Tinoco, impediu-se que a empresa passasse de uma vez para mãos estrangeiras.

O documento regulamentando a estatização da empresa, tem o nome oficial de "Protocolo de Intenções Procedimentos" que, na verdade, deixa claro que a Engesa não é estatal, mas que "está estatal", e que uma vez saneada pela Imbel será vendida ou repartida com algum sócio nacional ou estrangeiro. Segundo um funcionário do Banco do Brasil "a empresa será estatizada

para poder ser privatizada", ou seja, o Estado falido irá injetar recursos para tornar a empresa "apetecível" para a privatização.

Na verdade, o que o ministro do Exército articulou foi uma estatização da dívida privada aparentemente possa favorecer o capital nacional.

Na verdade, a estatização não vai impedir a intervenção do capital imperialista, uma vez que o capital nacional já se mostrou incapaz de sustentar a indústria bélica, sob intensa pressão do monopólio armamentista das potências. Trata-se, novamente, de favorecer o capital estrangeiro, assim que seja "saneada" a empresa. Por detrás da estatização da dívida está o interesse dos militares de manterem influência sobre a Engesa, que será negociada com os futuros consórcios, na melhor das hipóteses, provavelmente de composição do capital nacional e estrangeiro.

Somente a luta massiva da classe operária contra as desestatizações e pelo controle do poder do Estado poderá manter a indústria bélica dentro do marco das fronteiras nacionais, como medida antiimperialista e antitucapitalista.

TARIFAÇO: A MANDO DO IMPERIALISMO CONTRA OS TRABALHADORES

Atendendo as exigências do FMI, o novo Ministro das Minas e Energia Pratin de Moraes, já lançou um novo aumento das tarifas de energia elétrica da ordem de 18%.

A inflação do primeiro trimestre de 1992 alcançou a marca de 106% e o aumento de energia chegou a 122%, desta forma atendendo a exigência expressa de que as tarifas públicas devem

ser reajustadas à 15% acima da inflação.

Tal medida se deve a necessidade de tornar a empresa estatal Eletrobrás lucrativa para depois ser privatizada. E com isso quem sofre é o trabalhador que com seus salários minguados vê crescer dia a dia seu débito com o Estado burguês sendo desta forma, solapado em suas condições.

Levantar a bandeira da formação

de uma Frente Revolucionária Antiimperialista e a ação direta de ocupação das empresas a serem privatizadas são os caminhos que tem a classe trabalhadora para evitar o avanço de sua destruição física.

O torturador/assassino de Herzog

Recentemente, foram localizados e identificados por várias vítimas, Antonio Mira Grancieri, o "Capitão Ramiro", que torturou e matou Vladimir Herzog no DOI-Codí, em 1975 e Aparecido Laerte Calandras, o "Capitão Ubirajara", seu subordinado e assassino de Manuel Fiel Filho.

Capitão Ramiro hoje é um delegado aposentado, que se orgulha de ser especialista em "afixia por ação mecânica" e de já ter escrito apostilas sobre a "arte da tortura" para orientar seus subordinados.

Capitão Ubirajara, hoje é encostado funcionário da polícia federal e que se orgulha de ser íntimo de Romeu Tuma, o atual superintendente da polícia federal.

Ambos tem mais alguma coisa em comum. Estão impunes e levam sua vidinha calma libertos de tudo, graças à anistia decretada pelo antigo regime militar.

Capitão Ramiro informa, inclusive, que é a pessoa mais diretamente envolvida na morte de Herzog, pois foi apenas ele que o interrogou e mais ninguém. E pergunta ao repórter se nunca o vão deixar em paz só por causa disso.

O curioso é que Capitão Ramiro descreve minuciosamente suas técnicas de tortura ao repórter e diz não se preocupar pois está anistiado e que, se fosse necessário, faria tudo novamente.

O advogado Luiz Eduardo Greenhalg afirma que:

"Teoricamente a lei de anistia atingiu os dois lados em conflito. Ocorre que a nova Constituição define tortura como crime imprescritível, norma que pode atingir crimes do passado ainda não individualizados" (Revista Veja nr. 15 - 08.04.92).

Luiz Greenhalg, petista, parece esquecer que tanto Ramiro quanto Ubirajara, em entrevistas, afirmaram que o II Exército sempre estava lá para sumir com eles, quando eram intimados para prestar algum depoimento, e que o mesmo se repetiria agora" (Revista Isto É/Senhor nr. 1173 - 25.03.92).

A impunidade é tudo que se pode esperar da justiça burguesa e de todas instituições estatais. Para que esse tipo de crime seja julgado, é necessária a formação dos tribunais populares, que são o resultado da mobilização da classe trabalhadora em contraposição aos tribunais burgueses. Procurar "brechas" em dispositivos constitucionais significa virar as costas, mais uma vez, aos oprimidos, permitindo que novamente tais crimes permaneçam impunes. Como todos sabemos, constituições nada asseguram. E não podemos esquecer que os algozes de Vladimir Herzog e outros tantos que a História não se lembrou de mencionar, estão dispostos a "fazer tudo de novo" como apregoa o Capitão Ramiro. A organização das massas em luta é a força capaz de destruir o aparato repressivo e pôr fim à violência reacionária da classe burguesa decadente.

A T-POR REALIZA SEU III CONGRESSO

Internamente, na T-POR, se realizam as discussões para o III Congresso. Este é o momento em que toda militância se volta para a elaboração coletiva das idéias programáticas. Diferentemente das correntes em que a direção apresenta uma resolução pronta e as células mal têm tempo para preparar a discussão e haver assimilação, a T-POR considera como fase do Congresso os primeiros passos da construção das idéias políticas. Todas as células estão envolvidas na elaboração coletiva, regidas pela mais ampla democracia e pela disciplina militante.

Temos considerado pela nossa experiência nacional e pela internacional do trotskismo, encarnada pelo POR boliviano, que a grande crise de direção se deve à falta da construção de partidos baseados em verdadeiros programas revolucionários, que expressem caracterizações reais da realidade em que se atue e conquistas do genuíno marxismo-leninismo.

As correntes de esquerda centristas, embora se reivindicuem do marxismo, relutam em trabalhar por precisar as idéias programáticas e a estratégia

da revolução proletária. Desembocam no oportunismo, como por exemplo no eleitoralismo de esquerda, e acabam por se submeter às pressões dos inimigos de classe.

A formação do programa nacional partidário, que em sua essência reflita o internacionalismo marxista, não é obra que se realize de uma hora para outra. É fruto de uma larga intervenção da militância no interior da luta de classes. É a partir do combate embrionário ao capitalismo e identificação com as tendências instintivas anticapitalistas do proletariado que se dará os primeiros passos da formação do programa.

O estágio de formação da T-POR corresponde a esta situação embrionária. O avanço de nossa compreensão está em que devemos dar mais alguns passos à frente na elaboração do programa, aperfeiçoando as Resoluções do I e II Congressos, que se mostram corretas nos seus principais pontos.

Chamamos a militância simpatizante e a de base das correntes de esquerda a acompanharem os trabalhos do III Congresso da T-POR.

ETCD: CONSTRUIR UMA COMISSÃO INDEPENDENTE E DE LUTA

Depois do prefeito petista José Augusto ter demitido a maioria dos representantes da antiga comissão da Empresa de Transporte da Cidade de Diadema, agora, depois de passado muito tempo, a eleição de uma nova comissão se constitui numa reconquista dos trabalhadores. A repressão desencadeada pela prefeitura contra a antiga comissão foi devido a esta ser independente e de luta. Uma batalha foi perdida com a sua demissão (não sem muita luta, a ponto de se chegar à greve de fome puxada por Iracema e outros motoristas), porém deixou marcada a fundo a experiência de combate classista contra a opressão.

Uma das lições mais importantes é que a comissão de empresa deve se apoiar inteiramente na soberania das assembleias gerais e ser fiel ao programa de luta, pelo qual foi eleita.

A força da comissão está na capacidade de ação direta (luta grevista, realização de assembleia, atos, etc) dos trabalhadores. Por isso, sua função é a de ajudar na organização independente dos trabalhadores frente aos patrões e à burocracia municipal, que sempre procuram fazer da comissão um grupo de pelegos a seu mando.

Trata-se de evitar isso. O que quer dizer eleger uma

comissão independente da influência da prefeitura e dos seus colaboradores íternos à ETCD.

ELEGER UMA COMISSÃO QUE DEFENDA O CONTROLE OPERÁRIO

A posição de classe independente dos candidatos à comissão da ETCD será demonstrada pela atitude como se colocam frente aos grandes problemas. Um deles é o do controle da Empresa pelos próprios trabalhadores. Uma comissão que não expresse a luta pelo controle operário da produção, que também se coloca para os transportes, logo amolecerá perante às pressões privatistas do Sr. José Augusto e seus aliados.

Sabemos que o objetivo do Prefeito é pôr fim à municipalização conquistada do transporte, para colocá-lo a serviço do empresariado. A luta pelo controle exercido pela assembleia e representantes eleitos é o instrumento que temos para resistir à ofensiva de desestatização, imposta desde o alto pelo governo Collor.

O problema, como vemos, não se restringe à ETCD. Trata-se da luta da classe trabalhadora do país inteiro para impor suas comissões de fábrica (empresas) e o controle operário da produção.

Apóie a Tese Educação e Luta

No início de junho, a Apeesp realizará o seu Congresso. A T-POR irá participar com a tese "Educação em Luta". Para isso, iniciamos as discussões nas escolas em torno dos principais pontos da tese. É fundamental que a tirada dos delegados se dê em cima do debate político e não por outras razões. Consideramos que somente com a participação massiva dos delegados de base, onde as divergências possam ser expostas e decididas democraticamente, é que poderemos avançar e reverter o quadro de paralisia que foi imposto pela direção burocratizada.

No momento em que as direções sindicais têm aprovado a tese burguesa de que o socialismo fracassou, é urgente debater e votar contra essa orientação, que tantos males tem causado aos trabalhadores. Para isso, analisamos a crise estrutural do capitalismo, a necessidade dos países imperialistas aumentarem a opressão sobre as semicolônias e sobre as economias estatizadas e o papel da burocracia estalinista traidora das conquistas da Revolução Russa de 1917. Apontamos a necessidade da revolução social (expropriação do poder da burguesia) e a instalação do governo operário e camponês. Nos Estados operários degenerados, defendemos a revolução política (reconstrução da ditadura proletária).

O Congresso deve cumprir a tarefa de rechaçar a política entreguista do governo Collor, que resulta nas vendas das estatais, na recessão, desemprego

e carestia - encarnação da ação recolonizadora dos países imperialistas - e apontar a via de luta para pôr abaixo o governo pró-imperialista, que para nós se dará pela mobilização direta das massas. Caracterizamos que o maior obstáculo para a unificação dos trabalhadores contra a política de fome e miséria é a burocratização dos sindicatos. Os sindicatos não têm servido de canal de unificação e centralização, necessárias para responder de conjunto à ofensiva antinacional e antipopular de Collor. Contra a capitulação das direções levantamos a necessidade de pôr fim à conciliação de classe e empunhar decididamente a bandeira da independência do movimento sindical.

Da mesma forma, lutaremos contra os planos privatistas da educação, impostos pelo imperialismo. Defenderemos a escola única, isto é, a existência de um único sistema escolar financiado pelo Estado e sob o controle integral dos pais, alunos e trabalhadores da educação. O que significa a estatização de toda rede de ensino sem indenização.

É com o objetivo de impulsionar a ação direta que apresentamos um plano de lutas a ser aprovado e imediatamente colocado em prática.

Estaremos no dia 17 de maio realizando um debate público dessas posições. Venha conhecer nossa tese.

Debate: dia 17/5 às 16 horas - rua Jeroaquara n.406 - Lapa.

Particularidades da Situação Boliviana

Cada dia se apresentam com maior nitidez as características de uma situação revolucionária. Quando o governo acreditou ter desmontado um dos focos mais agressivos da mobilização - as universidades -, aparece no cenário outro poderoso fator aglutinante do mal estar geral contra a política de fome do governo - a greve do magistério. O temor que se tinha ao iniciar a semana anterior porque a mobilização tendia à setorização das negociações, manobra oficialista com a cumplicidade da burocracia, passou. A situação política impediu que a greve do magistério ficasse isolada no cenário.

As mobilizações dos professores, muito originais em muitos sentidos e sem as travas de uma direção burocrática e reacionária, concentram cada vez mais apoio dos outros setores oprimidos. Pode-se dizer que é uma greve muito popular e que está em vertiginoso ascenso. No caminho se impôs com nitidez a posição revolucionária em torno do salário e a burocracia retrocede em suas originais posições pela pressão das massas. Os reformistas da COB, nas últimas mobilizações, aparecem submetidos, algumas vezes

como simples coadjuvante das ações dos professores, apesar de que se pegam como carrapatos para não aparecerem isolados da mobilização.

A imprensa concentrou toda sua atenção sobre tudo o que dizem e fazem os professores, porque aí encontram a necessária referência revolucionária.

Desta maneira tão particular configura-se a direção revolucionária sobre os escombros da velha burocracia corrompida.

Frente a essa impressionante mobilização das massas, cujo ponto culminante é a concentração popular da terça, 31 de março, temos um governo totalmente cercado, contraditório e com profundas fissuras internas; uma polícia em permanentes rebeliões e um exército que se decompõe pelo mal estar reinante em seu seio. A classe dominante se afunda estrepitosamente.

Vencendo o obstáculo da burocracia contrarrevolucionária, este é o momento de golpear cada vez mais forte. As massas aparecem como donas das ruas e dos caminhos que acabarão com esta ordem social caduca.

(Extraído do jornal Massas do POR boliviano de 02/04/91)

PEDROSO — EM DEFESA DA OCUPAÇÃO DE FÁBRICA

A ocupação ativa do Frigorífico Pedroso por mais de 2 meses destaca-se como exceção à paralisia imposta pelas direções reformistas ao movimento operário diante do maior ataque aos salários e ao emprego dos últimos anos. Após 3 meses sem receber salários e ameaçados de demissão com a iminente falência da empresa, os operários ocuparam a fábrica, juntamente com suas famílias, reivindicando o pagamento dos salários atrasados, nenhuma demissão e estabilidade no emprego. Formaram grupos para manter a empresa ocupada e sob seu controle 24 horas por dia, controle feito pelos grupos que eles mesmos formaram e aos quais chamaram "milícias". Enfrentaram a repressão policial que acompanhou a retirada das caldeiras da fábrica, que seriam entregues a um banco para pagar a dívida da empresa com o mesmo, às custas da manutenção da dívida com os operários. No último dia 09 de abril os operários foram obrigados a abandonar a empresa por ordem judicial, sem ter nenhuma garantia de receber os salários atrasados.

A experiência da ocupação do Pedroso merece ser assimilada pelo movimento e alguns pontos são fundamentais:

1) O método utilizado foi o correto: a ocupação ativa

da fábrica e a exigência da estatização com controle operário é a resposta que cabe contra o arrocho e a ameaça de demissões. Esse é o método que deveria estar sendo impulsionado pela CUT por todo o país para resistir aos efeitos da linha antipopular e antinacional de Collor. Cabe destacar porém que torna-se muito limitado seu efeito se permanece isolado e restrito a uma única empresa. A conquista da estatização da empresa e do controle operário depende da força da classe no seu conjunto.

2) O maior problema sofrido foi o do isolamento imposto pela direção da CUT, que recusou-se a projetar o movimento para as outras categorias, colocou-se contra o radicalismo dos operários e chegou ao ponto de boicotar o movimento em um ato público na Praça da Sé no dia 13 de março. E a linha de conciliação de classe, concretizada nos acordos do entendimento nacional, é o maior bloqueio à realização de uma luta nacional que seja capaz de resistir à ofensiva de Collor contra as massas, porque paralisa as organizações de massa e impede a unificação do movimento.

Defender a ocupação do Pedroso e procurar generalizar sua experiência é a tarefa colocada.

Golpe no Peru: Democracia inviável

O presidente do Peru, Alberto Fujimori, apoiado pelas forças armadas, desfechou no último dia 05 de abril um golpe pelo qual fechou o parlamento e o judiciário de seu país e passou a governar apoiado exclusivamente no poder repressivo dos fuzis. Sua alegação para pôr abaixo qualquer vestígio de democracia burguesa no regime político foi a de que já não conseguia governar com um congresso e um judiciário controlados pelo narcotráfico e corrompidos a extremos, nem conviver com a ação do grupo Sendero Luminoso. Nesse quadro, não conseguia avançar nas medidas pró-imperialistas de abertura do mercado, privatizações, militarização do narcotráfico, etc.

O golpe foi desfechado porque a crise do regime político chegou a um ponto insustentável. O episódio mostra mais uma vez que a democracia burguesa é uma utopia nos países atrasados oprimidos pelo imperialismo. Sob a pressão da crise mundial capitalista, das exigências cada vez maiores das metrópoles em seguir e ampliar a sangria do pagamento dos juros das dívidas externas, os países de economia atrasada se vêem em crescente crise política, dada a profunda divisão interburguesa decorrente do processo de quebra das forças produtivas nacionais e favorecimento do imperialismo. Diante de economias em desagregação, os regimes políticos só tendem a aprofundar suas crises. O que quer dizer que as burguesias são incapazes de resolver suas contradições internas através da substituição de governos e da aplicação de uma linha de enfrentamento à crise que agrupe ao seu redor a maioria burguesa. O que ocorre é o inverso: entram e saem governos, as crises aprofundam-se com o aprofundamento da crise econômica e o avanço da recolonização imposta pelo imperialismo. Trata-se de uma

tendência geral, e tem se expressado por exemplo no Haiti, na Venezuela (golpe fracassado) e agora no Peru. Cada vez mais, confirma-se a inviabilidade da democracia nos países atrasados.

O imperialismo bloqueia: Abaixo o boicote americano ao Peru! Que as massas peruanas possam resolver seus próprios problemas sem a ingerência externa!

Diante do golpe de Fujimori, o imperialismo tomou uma posição de condenar formalmente o golpe, e anunciou o corte dos recursos econômicos ao Peru em represália ao golpe, mas ficou satisfeito com a disposição de Fujimori em dinamizar a aplicação das receitas econômicas ditadas pelo imperialismo aos países semi-coloniais e em combater o grupo Sendero Luminoso, bem como abrir caminho para a militarização do narcotráfico com o uso de forças armadas americanas (DEA).

O imperialismo está fazendo com o Peru o que já vem fazendo contra o Haiti: procura impor sua vontade através do boicote econômico. Contra a ofensiva americana é preciso defender o direito dos peruanos de resolverem seus próprios problemas.

Sem saída

A crise peruana, que Fujimori tenta enfrentar com o golpe, não será resolvida nos marcos da opressão imperialista e do regime burguês falido. A aplicação de sua linha antinacional e antipopular só agravará a miséria das massas e a dependência econômica. A superação efetiva do atraso, da miséria e da opressão nacional passa por erguer uma frente revolucionária antiimperialista, que acabe com a opressão nacional, ponha abaixo o regime burguês falido e aponte para a perspectiva da construção dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

CRISE ECONÔMICA DA METRÓPOLE JAPONESA

A metrópole japonesa também está sendo sacudida pela crise econômica mundial.

A recessão tem imposto não só a redução da produção como também do mercado financeiro.

A crescente queda dos lucros do setor industrial, como a Sony em 80%, a Toshiba em 60%, chegam a beirar a falência e em alguns casos como a Sansui. A Honda viu sua produção reduzida em 5,1%, a Toyota em 4,3% e a Mazda em 2,4%. No mercado financeiro a corretora Nomura Securities que já foi a mais lucrativa do ramo teve uma redução de 80% de seus lucros. Apesar do Japão manter um superávit de 2% do PNB, com taxa de emprego de 1,3/pessoa, a inflação já chegou à 0,15% ao mês, índice que para uma economia portentosa representa crise econômica e que a economia vem deixando de crescer. De outubro a dezembro de 91 o PNB caiu 0,2% em relação ao anterior.

No período de 87 a 90, frente a crise mundial, o Japão foi o único país que viu sua economia crescer em 5%, e o fez mediante o inchamento no mercado especulativo, principalmente no setor de imóveis.

Mas a partir de 89, o governo japonês é obrigado a lançar pacotes para conter o crescimento especulativo e controlar a produção, obedecendo assim às regras mundiais imperialistas de sobrevivência do regime em crise.

Em fins de 89 a Bolsa de Valores registrou a sua maior queda de 50%, e de lá para cá encontra-se em queda livre.

O governo japonês preocupado em retomar o crescimento produtivo, lançou em março de 92 um novo pacote, reduzindo a taxa de juros, que além de não reativar a economia não foi capaz de reverter a queda da Bolsa de Tóquio, que sofreu uma profunda desvalorização das suas ações. Essa desvalorização deve-se não só a redução dos lucros das empresas japonesas, como também, pelo descrédito dos investidores estrangeiros, diante dos escândalos ocorridos no último período e principalmente, porque preferem remeter capitais para as semicolônias (América Latina), onde o retorno das taxas é garantido, principalmente com as compras das estatais (privatização). A crise no Japão é parte da crise mundial capitalista. Ao contrário do que o imperialismo e os sociais democratas procuram mostrar de que o regime capitalista avança, apontando o Japão como exemplo, verifica-se que esse crescimento é artificial e parasitário, e diante de suas crises é obrigado a destruir parte das forças produtivas, impondo crises cada vez mais profundas em todo o globo para poder se manter em pé. A retomada do crescimento produtivo passa por destruir a propriedade privada monopolista, pela via da revolução proletária mundial.